

**EMENDA Nº - CTCIVIL**  
(ao PL 4/2025)

Acrescente-se § 3º ao art. 91-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

**Art. 91-A.** .....

.....

**§ 3º** Nenhuma disposição deste Código poderá ser interpretada no sentido de atribuir aos animais direitos equivalentes aos das pessoas humanas ou das pessoas jurídicas, sendo-lhes reconhecida tutela especial de proteção ambiental e ética.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade estabelecer um limite expresso à equiparação jurídica entre animais e pessoas humanas ou jurídicas, garantindo que a interpretação do Código Civil preserve a racionalidade sistemática e a hierarquia ontológica da pessoa humana. O dispositivo proposto atua como cláusula de interpretação restritiva, assegurando que a proteção dos animais continue sendo exercida sob o ponto de vista ético e ambiental, sem gerar confusão conceitual quanto à titularidade de direitos subjetivos.

A inclusão do § 3º ao art. 91-A visa preservar a coerência e a estabilidade do sistema civilista brasileiro, que se estrutura sobre a centralidade da pessoa humana e sobre a ideia de responsabilidade jurídica do ser humano perante a natureza. A emenda evita interpretações expansivas que poderiam distorcer o papel do Direito Civil, assegurando que a proteção animal se mantenha como dever ético e ambiental, e não como uma forma de equiparação jurídica à pessoa humana.



Sala da comissão, de de .

**Senadora Damares Alves**

